

O Globo, 19 de abril de 2020

‘Invisíveis’ precisam de atenção social permanente, dizem especialistas

Trabalhadores sem carteira assinada fora do cadastro social do governo que buscam auxílio de R\$ 600 também demandam políticas públicas

Por: Eliane Oliveira e Geralda Doca

O impacto da pandemia de coronavírus na economia evidenciou as falhas da rede de proteção social montada no Brasil nos últimos anos. O governo não tinha sequer noção de quantos trabalhadores informais existem no país, fora dos cadastros oficiais. O contingente de 54,1 milhões de pessoas previsto inicialmente para receber o benefício de R\$ 600 mensais deve ultrapassar 70 milhões, de acordo com a procura pelo cadastro do programa.

Especialistas ouvidos pelo GLOBO sugerem novas alternativas de políticas públicas para atingir uma população que ganha a vida no trabalho informal e, sem registros, termina desconhecida e desassistida pelo governo.

Para atender tanta gente, o economista José Roberto Afonso propõe a criação, a curto prazo, do que chama de “novo seguro-destrabalho”. Seria financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e, na prática, funcionaria como uma expansão do seguro-desemprego, que só chega hoje a quem perde vaga com carteira assinada.

O sociólogo José Pastore defende que o país faça um novo cadastro único ampliado para incluir essas pessoas, e o economista João Saboia, da UFRJ, avalia que a melhor base de dados para isso é o que está sendo feito agora, para o auxílio emergencial.

Atenção além da crise

A principal lição aprendida com o cenário atual, concordam os analistas, é a de que um grande número de brasileiros “invisíveis”, que não têm acesso

a programas como o Bolsa Família e ao seguro-desemprego, precisam ter alguma atenção do Estado. E não somente em momentos de crise.

Para José Roberto Afonso, o coronavírus só destampou uma panela de pressão que iria explodir em algum momento, mas que era ignorada “por inépcia governamental e preguiça intelectual”. A seu ver, os pobres já estavam alijados de qualquer proteção social. O “seguro-destrabalho” que ele sugere, seria uma proteção em momentos de dificuldade para quem provar que trabalhava como autônomo, Microempreendedor Individual (MEI), ou firma individual.

— Enquanto receber o seguro-destrabalho, a exemplo do que já está previsto hoje no seguro-desemprego, o trabalhador poderia, ou deveria, receber formação e treinamento, para melhorar sua qualificação e suas chances de conseguir algum trabalho, para lhe permitir dispensar o benefício — explica Afonso.

Autor da Lei de Responsabilidade Fiscal, Afonso defende que o aumento do gasto público não pode ser impedimento para a ampliação da rede de proteção social no Brasil.

— É hora de o governo se endividar. Por anos os governantes retiraram recursos do FAT, está na hora de devolver.

Especialista em relações laborais, o sociólogo José Pastore lembra que, historicamente, os trabalhadores sem vínculo empregatício correspondem a um terço da força de trabalho nos EUA e na Europa. No Brasil, calcula, entre trabalhadores informais e desempregados, a massa de marginalizados dos direitos trabalhistas soma cerca de 50 milhões de pessoas, quase metade da população em idade ativa.

— O Brasil terá de fazer um cadastro único ampliado para incluir essas pessoas. Não é difícil, é só anunciar que todos providenciarão os dados num instante — avalia.

O professor João Saboia, da UFRJ, avalia que a solução está mais perto do que se imagina: o melhor cadastro está sendo montado agora com as pessoas que estão solicitando o auxílio emergencial por meio dos aplicativos da Caixa Econômica. Até sexta-feira, havia mais de 45 milhões de cadastrados, em princípio informais.

— Depois de feita uma limpeza para eliminar as informações incorretas, será um cadastro novo, com informações de pessoas de baixa renda fora do Bolsa Família e do Cadastro Único. Deve ter muita informação incorreta e gente que reduziu a renda (declarada) só para ter direito aos R\$ 600.

Esse problema também acontece com o Bolsa Família, mas é gente necessitada e que está no sufoco. A crise do coronavírus acabou sendo uma oportunidade única para a montagem de um novo cadastro — diz Saboia.

Economia precisa crescer

Pastore lembra que, hoje, os vários tipos de proteção que existem para os trabalhadores (aposentadoria, saúde, benefício em caso de doença ou acidente, seguro-desemprego, licença maternidade, entre outros) são limitados aos que têm algum tipo de vínculo empregatício.

Mas ele ressalta que é preciso reconhecer que o país não tem todas as condições de criar uma rede de proteção social ideal, embora tenha avançado nos últimos anos com a criação de políticas de formalização, como a figura do microempreendedor individual (MEI), e a cobertura do Serviço Único de Saúde (SUS), que ainda precisa ser consolidado:

—Temos de ser realistas. É claro que a informalidade no trabalho só será reduzida de forma expressiva quando a economia brasileira voltar a crescer a taxas superiores a 4% ao ano durante muito tempo.

Link original: <https://oglobo.globo.com/economia/invisiveis-precisam-de-atencao-social-permanente-dizem-especialistas-24381445>